

## “SIGILOSO. DISCRETO. NÃO AFEMINADO” - AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA COMUNIDADE LGBTQIA +: DISCUTINDO A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MASCULINA.

“SECRET. DISCREET. NOT EFFEMINATE” - GENDER RELATIONS AND SEXUALITY IN THE LGBTQIA+ COMMUNITY: DISCUSSING THE CONSTRUCTION OF MALE IDENTITY.

Emídio Ferreira Neto<sup>1</sup> & Gerlândia Beatriz Teobaldo de Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Há uma questão que causa intriga e promove reflexão, é “o que é ser homem?”, e o que envolve a constituição deste gênero? Em resposta rápida se pensa que ser homem, para algumas pessoas, está amparado diretamente na lógica sexual e biológica (ter um pênis), e na identificação, também, de gênero. Para que, de fato, se possa concluir que um indivíduo é homem de ‘verdade’, este é sujeito a diversas regras e está sob constante vigilância. Além de que é necessária uma aprovação, pela qual passa por uma elaboração de diversos critérios estabelecidos que devem ser contemplados. O ser homem está implicado em inibir e reprovar qualquer traço de feminilidade que possa haver. Paira sobre o ‘universo’ masculino o medo da feminilização em homens. Baseado nessa ideia, é exercida forças que regulam e os oprimem, não os permitindo sequer conhecer algo que seja visto como ‘feminino’. Toda essa ideia está baseada e sustentada numa norma sexual que considera um único modelo que deverá ser seguido, a heterossexualidade. Partindo de uma discussão, revisão bibliográfica e adotando uma abordagem qualitativa que se pauta o objetivo deste trabalho: investigar como procedem os preceitos para sustentar a lógica binária, ainda que dentro da comunidade LGBTQIA+; quais são estes preceitos e como atingem a homens gays; além do mais, investigar quais instâncias contribuem para o reforço desta ideia. Buscamos através de uma pesquisa bibliográfica identificar termos e discutir acerca da construção da identidade, da masculinidade e da representação do gênero masculino e a repercussão dessa construção na comunidade LGBTQIA +.

**Palavras-chave:** Gênero; Homem; Identidade; Masculinidade; LGBTQIA +.

**ABSTRACT:** There is a question that causes intrigue and promotes reflection, it is “what is it to be a man?”, and what does the constitution of this genre involve? Being a man, for some people, is supported by sexual identification (having a phallus, penis) and gender identification. So that, in fact, it can be concluded that an individual is a 'real' man, he is subject to several rules and is under constant surveillance. Moreover, approval is required, which involves the elaboration of several established criteria that must be considered. Being a man is involved in inhibiting and disapproving of any trace of femininity that may exist. The fear of feminization in men hangs over the male 'universe'. Based on this idea, forces are exerted that regulate and oppress them, not even allowing them to know something that is seen as 'feminine'. This whole idea is based and supported by a sexual norm that considers a single model that should be followed, heterosexuality. Starting from a discussion, literature review and adopting a qualitative approach, the objective of this work is guided: investigate how the precepts proceed to support the binary logic, even within the LGBTQIA+ community; what are these precepts and how they affect gay men; furthermore, investigate which instances contribute to the reinforcement of the idea. We seek through bibliographic research to identify terms and discuss about the construction of identity, masculinity and the representation of the male gender and the repercussion of this construction in the LGBTQIA + community.

**Keywords:** Gender; Man; Identity; Masculinity; LGBTQIA+.

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); [ferreiranetoemidio@gmail.com](mailto:ferreiranetoemidio@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); [gerlandiabto@gmail.com](mailto:gerlandiabto@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

“Tu não gosta de mulher, então não é homem!”; “Homem que é homem, é cabra macho”; “Homem de verdade não faz isso, isso é viadagem”. O processo de se reconhecer como homem ou mulher é cercado por diversas questões que envolvem a formação da personalidade e identidade de gênero do indivíduo. Questões que, atreladas à sexualidade, somam uma força motora social que implica em deduzir, dividir e classificar o que é aceito ou não.

Jeffrey Weeks (2018) afirma que uma norma não necessita, necessariamente, de uma justificativa para ser tomada como quadro de referência. Esta regra/modelo apenas é tomada e se torna assim, parte constituinte das ações sociais que os indivíduos são integrantes. Gênero e sexualidade são termos passíveis de gerar confusão seja em pessoas leigas e até em estudiosos independentes, ou não, de linhas de pesquisa que envolvem tais questões. As regras veladamente estabelecidas partem de homens e mulheres da sociedade, que são sustentadas e baseadas em uma cultura machista e patriarcal, dessa forma é tomado um cuidado exacerbado para que meninos não fujam, não desviem das imposições do gênero masculino.

A discussão que centraliza este trabalho está direcionada para os estudos da linha de pesquisa sobre masculinidades, somando ainda os estudos de homoafetividade. As pesquisas sobre masculinidade são recentes e poucos são os materiais que discutem tal abordagem, sobretudo quando se volta o olhar para a literatura acadêmica brasileira. Junto à dificuldade está a necessidade de discutir e gerar pauta em torno desta temática, tão importante quanto qualquer outra no campo das ciências humanas. Acrescentando a ela a precisão de fazer ciência que discuta, também, as questões a respeito da comunidade LGBTQIA+. É desta necessidade e escassez que surge o tema norteador deste trabalho conjunto que visa trazer a questão da formação do gênero masculino dentro da comunidade, sobretudo a comunidade gay.

Partindo para a discussão foi adotada uma abordagem qualitativa, pautando o objetivo deste trabalho em: investigar como procedem os preceitos para sustentar a lógica binária, ainda que dentro da comunidade LGBTQIA+; quais são estes preceitos e como atingem a homens gays; além do mais, investigar quais instâncias contribuem para o reforço desta ideia. Buscamos, portanto, através de uma pesquisa bibliográfica identificar termos, e discutir acerca da construção da identidade, da masculinidade e da representação do que é ser homem, e a repercussão dessa construção na comunidade LGBTQIA+.

## **AFINAL, O QUE É GÊNERO? O QUE É SEXUALIDADE?**

Nas discussões de gênero e sexualidade há por vezes uma confusão entre a usabilidade e função que cada termo assume. O que se propõe aqui é trazer em linhas gerais o que se compreende por cada e como cada um desses termos se encaixam e se qualificam na vida das pessoas. Para iniciar tal discussão, se faz necessário compreendermos quem somos, o que gostamos, fazemos, como nos comportamos, falamos e tantas outras manifestações corporais ou psíquicas que são frutos de investimentos sociais. Embora não tenhamos consciência destes investimentos, a todo momento sofremos investidas para nos comportarmos de acordo com o esperado, desejado e por fim, corresponder a normalidade.

A ideia de normalidade é inserida em nosso cotidiano antes mesmo de nascermos, de conhecermos o mundo para além da placenta que nos gerou. Estes investimentos são tratados como algo comum e corriqueiro, reproduzido como uma receita fácil a ser seguida. É orientado, e sobretudo vigiado (LOURO, 2014). Vigiado para que não saia do eixo, não fuja a norma e se torne uma anormalidade. As anormalidades não são bem vistas, não são aceitas e na maioria dos casos, são descartadas. Na compreensão geral, gênero é o modo, a manifestação, a apresentação social do indivíduo para com os outros. É como a pessoa se reconhece, se identifica e se mostra socialmente, correspondendo ou não com o dado biológico, sexo (BUTLER, 2018).

A autora Joan Scott afirma que

[...] o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior (SCOTT, 1995, p. 75).

Arelado ao gênero está a ideia comum de correspondência ao sexo biológico, ou seja, nasceu com o sexo masculino deverá ser homem, que por sua vez junta-se a esta ideia, também sustentada comumente social, a orientação sexual ser correspondente ao sexo/gênero. O menino/homem deve se sentir atraído por mulheres, sexo/gênero oposto. A respeito desta lógica, Joan Scott sustenta que o gênero “[...] enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (Ibid., p. 76). Fica claro que a compreensão de que embora gênero e sexualidade caminhem juntas, são percursos diferentes. Cada qual segue uma rota que difere da outra, e que não há entre ambas uma influência.

Aliás, o que é sexualidade? “A sexualidade [...] é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’”. (LOURO, 2018, p. 12-13). Guacira Louro (2018) enfatiza que a sexualidade é além do modo, forma que o indivíduo se relaciona com outro/a, é sobretudo uma invenção social e que está sob controle desta mesma sociedade. É algo para além do individual, particular de cada pessoa; é aprendida, desenvolvida, é sobretudo, um ato político, como afirma a autora. Jeffrey Weeks (2018) reitera que a sexualidade é um produto da linguagem, da cultura, da natureza humana e social, e que estamos a todo instante buscando meios de nos afirmarmos e reiterarmos nossa identidade sexual.

## **TRAÇANDO A IDENTIDADE**

Interessante pensar: como proceder à identificação da pessoa, e que critério é utilizado como definidor para se “assumir” como homem ou mulher? Antes de tudo, até mesmo do nascimento, o corpo é materializado em acordo ao e com o meio cultural e social que se encontra o sujeito. Este corpo é pensado, idealizado antes mesmo de nascer. A ansiedade é tanta que hoje se tem a possibilidade de saber qual o sexo da criança através de exames ultrassonográficos. Esta materialização passa pelo processo de sexualização, ou seja, o ato de nomear o corpo como sendo masculino ou feminino, priorizando a ideia biológica sexual.

A identidade do sujeito está atrelada ao gênero que este assume, assim como também, ao meio social que se encontra inserido. A identidade de gênero é fomentada pelo modo ao qual a pessoa se comporta, se mostra, se vê (LOURO, 2014). O que ultrapassa uma ideia biológica, como insistem os ditames da sociedade, que se baseia na ideia de natureza, divina até.

Guacira Louro (2018), afirma que

[...] o ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse ‘dado’ sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista (LOURO, 2018, p. 15).

Há quem acredite que o órgão sexual é o único e verdadeiro definidor do/de ser. Essa nomeação também é tida como organizadora de função e posição. Sendo o indivíduo do sexo que for, acarretará a ele uma função e uma posição no meio ao qual se encontram. O processo de sexualização está totalmente imbricado, no imaginário social, a uma matriz heterossexual (BUTLER, 2018). Baseada na ideia da “atração entre os opostos”; Homem X Mulher. Articulando as nomeações corporais, agregam também as regras comportamentais que

geram uma identificação pautada na matriz heterossexual. Tais nomeações têm um interesse de governamentalidade, ou seja, ter e manter poder sobre o corpo nomeado e identificado (Ibid, 2018).

[...] as normas regulatórias do sexo têm, portanto, um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual (LOURO, 2018, p. 41).

A matriz heterossexual/heteronormativa é tida como referência e até como ‘regra’ que deve ser seguida por todos indivíduos de uma sociedade, ainda é assim em muitas outras organizações sociais ao redor do mundo. O corpo, após o processo de materialização, sexualidade e nomeado passa pelo processo de normalização que implica de forma indireta e até direta a seguir a matriz e o ideal heterossexual (LOURO, 2014, 2018; BUTLER, 2018; WEEKS, 2018). Para que ocorra o seguimento das regras impostas é investido de diversos modos uma ‘vigilância’ que reiterará o ideal heterossexual como correto e devido a ser seguido (LOURO, 2018; WEEKS, 2018). Essa vigilância ocorre por diversas instituições como a família, as igrejas, os hospitais e a própria escola que age e atua sobre o indivíduo indiretamente fazendo uso de artifícios quase que imperceptíveis aos olhos.

Toda essa força somada à constante vigilância é para reiterar o padrão comportamental tido como normal. Deste modo, a vigilância ocorre para assegurar que os indivíduos não fujam à regra, e caso fujam sejam punidos. Para Guacira Louro, “o processo de heteronormatividade, ou seja, a produção e reiteração compulsória da norma heterossexual inscrevem-se nessa lógica, supondo a manutenção da continuidade, e da coerência entre sexo-gênero-sexualidade (Ibid., p. 99)”.

De acordo com Judith Butler (2018)

A força e a necessidade dessas normas (o ‘sexo’ como uma função simbólica deve ser entendido como uma espécie de mandamento ou injunção) é, assim, funcionalmente dependente da aproximação e da citação da lei; a lei sem sua aproximação não é lei ou, em vez disso, ela permanece uma lei governante apenas para aqueles que a afirmariam com base na fé religiosa (BUTLER, 2018, p. 216).

É necessário, então, refletir sobre o processo de normalização. A quem interessa ditar normas? Quem as ditam, as enunciam? E como estas chegam e atingem os indivíduos? Buscando responder a tais perguntas, Guacira Louro afirma que

sabemos que é impossível identificar quem enuncia uma norma: a norma acontece, ela se espalha por toda parte e costuma penetrar em todos. É da natureza da norma essa espécie de invisibilidade e de ubiquidade, uma generalização e uma propagação intensa, anônima e insidiosa (LOURO, 2018, p. 101).

Jeffrey Weeks reitera afirmando que “uma norma talvez não necessite de uma definição explícita; ela se torna o quadro de referência que é tomado como dado para o modo como pensamos; ela é parte do ar que respiramos” (WEEKS, 2018, p. 78). A demanda de identificação ocorre ao indivíduo de maneiras diferentes, uns seguem a orientação dada e outros desviam, por assim dizer. Todo processo está intrinsecamente ligado um ao outro, e é no processo de identidade que o indivíduo compreende a sua identificação com, ou não, o gênero que também é dado. Seguindo, sempre, o reforço da ideia ‘normalizadora’ e ainda assim baseada no ideal biológico como lógica.

J. Weeks (2018) classificou o processo identitário do indivíduo em três escalas, ou situações, que são elas:

a) *A identidade como destino* - “Ela sustenta frases tais como ‘biologia é destino’” (Ibid., p. 89). Firma a ideia da natureza biológica e divina em aceitar, não contestar, tomando como verdade o ‘destino traçado biologicamente’ e que é definidor do gênero.

b) *A identidade como resistência* - Presume que o indivíduo assume uma identidade que foge às normas impostas pela sociedade, deste modo contrariando a norma.

c) *A identidade como escolha* – “Alguns indivíduos são forçados a escolhas, através da estigmatização ou do descrédito público – por exemplo, através da prisão ou do julgamento por ofensas sexuais. Outros adotam identidades abertas por razões políticas” (Ibid, p. 91).

## **HETEROSEXUALIDADE: PRODUTO, INVENÇÃO E CRIAÇÃO - MEIO DE CONTROLE SOCIAL**

Nossos dizeres, fazeres e comportamentos são invenções e criações sociais - e estas questões têm sido discutidas neste trabalho -, para tanto, é proposto que também pensemos a que modo nasce ou se faz um heterossexual ou homossexual. E por que há uma aversão extrema ao segundo. De acordo com Jeffrey Weeks (2018) os termos “heterossexual” e “homossexual”, eram inexistentes e inutilizados até meados do século XVIII, tais termos foram cunhados pelo escritor austro-húngaro Karl Kertbeny. Foi apenas no final do século XIX, início do século XX, que se passou a utilizar os termos, a princípio, como sugestão para definir e classificar os comportamentos e as identidades de gênero. Foi a partir de então que os termos passaram a ser utilizados como sendo um contrário do outro.

Jeffrey Weeks ao longo da discussão afirma que

A homossexualidade, em vez de descrever uma variante benigna da normalidade, como, originalmente, pretendia Kertbeny, tornou-se, nas mãos dos sexólogos pioneiros como Krafft-Ebing, uma descrição médico-moral. A heterossexualidade, por outro lado, como um termo para descrever a norma até então pouco teorizada, passou, lentamente, a ser usada ao longo do século XX (IBID, p. 78).

Para Òscar Guash, “la heterossexualidad es un mito. Una invención. Una patraña. Es un producto histórico y social: el resultado de una época y de una condiciones sociales determinadas” (2007, p. 17). O autor chama a atenção afirmando que a heterossexualidade é um produto inventado, criado; assim como o gênero, o sexo e a sexualidade. Ainda de acordo com o autor, o mesmo aponta que o termo correto a ser utilizado deveria ser “ortossexualidade”. Nas palavras de Òscar Guash, “ortodoxia y heterodoxia”. O primeiro se referiria a quem segue o estabelecido, e o segundo a quem discorda (Ibid., p. 17).

A heterossexualidade é um mito, um relato, uma história sagrada, como aponta Òscar. O mito é utilizado, por vezes, para ajustar e organizar funções sociais, no anseio de explicar a ordem das coisas e do mundo. “En tanto que mito, también sirve para garantizar la estabilidad de las cosas: la heterossexualidad justifica un orden social intocable” (Ibid., p. 17). Deste modo, se compreende a heterossexualidade como conceito concreto e consagrado. Ordem pré-estabelecida, antes mesmo do nascimento da pessoa. Como já discutido em páginas anteriores, há uma forte corrente que tende a consagrar e estabelecer o mito da heterossexualidade como algo bom, correto e digno. Sendo assim, se faz necessário compreender, também, a homossexualidade.

Òscar segue sustentando a ideia de que o estado heterossexual, assim como o homossexual são invenções culturais recentes, datadas do século XX, e que para que haja compreensão de uma, não é possível dissociar uma da outra. “La homosexualidad es un epifenóme de la heterossexualidad; pero no es posible entender la una sin la otra” (Ibid., p. 20). A heterossexualidade não é só tomada como orientação sexual, mas sim, também, como estilo de vida. É baseado nesse estilo de vida que se propõe práticas sociais e culturais normatizadoras. Estas práticas estão intrinsecamente associadas ao trabalho assalariado e à sociedade industrial (Ibid., 2007).

Em contraponto à heterossexualidade, a homossexualidade oferece um estilo de vida que radicalmente discorda do tido como normal. Entende-se a homossexualidade como desvio, pecado, algo errado e sujeito a condenação. A ideia da heterossexualidade como sendo algo

bom, correto e digno de ser seguido é sustentada por três questões, ou mitos como aponta Òscar Guash, que se colocam como preceptoras na formação de uma ideia homogênea.

De acordo com Jonathan Katz (1997, p. 25), são elas:

- (1) a sobrevivência da espécie humana torna a heterossexualidade uma necessidade constante;
- (2) todas as sociedades reconhecem diferenças básicas entre os seres humanos dos sexos masculinos e feminino - essas diferenças biológicas e culturais são a ponte de uma sexualidade perpétua que é hetero;
- (3) o prazer físico proporcionado pela união entre um homem e uma mulher continua a ser a base imutável de uma heterossexualidade eterna.

Monique Wittig (2006) diz que discursos como esses são utilizados para validar e certificar uma versão científica. Verificando e classificando como verdade consolidada. “Estos discursos de heterossexualidad nos oprimen en la medida en que nos niegan toda posibilidad de hablar si no es en sus propios términos y todo aquello que los pone en cuestión es enseguida considerado como «primario»”. (WITTIG, 2006, p. 49). A autora faz uma análise dos discursos no seu livro “El pensamiento heterossexual y otros ensayos”, e afirma que tal discurso é carregado de poder, e também uma ação política (Ibid., 2006).

Se identificando como lésbica, questiona os discursos que são postos no meio sociocultural a qual cada indivíduo se encontra, e segue afirmando que “estos discursos nos niegan toda posibilidad de crear nuestras propias categorías. Su acción sobre nosotras es feroz, su tiranía sobre nuestras personas físicas y mentales es incesante” (Ibid., p. 49). A este tipo de orientação e ação, é entendido por heteronormatização como sendo a condição de seguir a um padrão pré-estabelecido ditado de normas de comportamento, e velado como correto, ressaltando que aos que fogem deste padrão, são tidos/as como diferentes, e por esta condição de “diferença” são excluídos/as, muitas das vezes, banidos/as.

## **FOMENTANDO A IDENTIDADE MASCULINA LGBTQIA+**

Há uma pergunta norteadora que alicerça este trabalho, e tem se tornado alvo de diversas pesquisas e investigações no âmbito social, sobretudo nas ciências humanas, a pergunta é: o que é ser homem? Como se identifica um indivíduo sendo ou não homem? Que características genéricas e biológicas carregam a sustentação para indagar tal pergunta e, por fim, afirmar se é ou não homem. É importante salientar que os estudos sobre gênero masculino são um campo de pesquisa recente, data de pouco mais de duas décadas. De acordo com Connell (1995) os estudos vêm ganhando espaço no âmbito social das pesquisas acadêmicas.



Para Silva (2014) a masculinidade é uma complexa experiência que envolve símbolos, discursos, códigos reproduzidos e produzidos pela sociedade e cultura. Ser homem, está amparado na identificação sexual (ter um falo, pênis) e na identificação de gênero. Para que de fato venha se concluir, por assim dizer, que um indivíduo é homem de verdade, este é sujeito a diversas regras e está sob constante vigilância. É necessária uma aprovação, e uma aprovação constante por parte dos demais do mesmo gênero. E essa aprovação passa pela elaboração de diversos critérios que devem ser obedecidos.

As regras emanadas partem de outros homens, que são sustentadas baseadas em uma cultura machista e patriarcal, é tomado um exacerbado cuidado para que os meninos não fujam, não desviem do gênero masculino. O ser homem está implicado em inibir e reprovar qualquer traço de feminilidade que possa haver. Paira sobre o “universo” masculino o medo, terror da feminilização dos homens (GIKOVATE, 1989). Baseado nessa ideia, é exercida forças reguladoras que oprimem homens não permitindo a eles sequer conhecer o “universo” feminino. Toda essa ideia é baseada e sustentada numa norma sexual que é considerada o modelo devido a ser seguido, a orientação heterossexual, como já discutido em páginas anteriores. Essas forças normalizadoras exercem sobre os indivíduos, sobretudo os indivíduos masculinos, os homens, uma violência simbólica. Violência esta discutida por Bourdieu (2010), que afirma que

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizados, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2010, p. 47).

Assim como as normas ditadas, a violência não requer justificativa, uma vez que esta mesma violência é derivada e parte atuante do processo de normalização. Bourdieu (2010), afirma que dispensa justificativa, uma vez que se torna natural junto ao processo de legitimação. É intrigante pensar que existem modos e regras que visam a organização social dentro de um enquadramento desejado. Assim são os preceitos de gênero, sustentados na lógica binária que orienta a homens e mulheres a como se comportar, falar, fazer, agir.

Guacira Louro (2018) aponta que “[...] é no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe, etc.)” (Ibid., p. 13). A autora

segue com a afirmação de que este reconhecimento precede responder de modo positivo a um “pertencimento a um grupo social de referência” (Ibid., p. 18).

Voltando-se para a comunidade LGBTQIA+ estes estereótipos e marcadores sociais de comportamento atravessam, por vezes, a comunidade e causa estranhamento nos membros, sobretudo os homens gays. Marcados pela vivência familiar, escolar e social carregadas de regras de comportamento e tendo por vezes suas particularidades negadas, julgadas e condenadas, homens gays são a todo instante violentados. Desde a infância marcada na escola pela constante vigilância para não fugir do ‘normal’, ao esperado para o gênero pertencente, sendo ensinado a se comportar de maneira brusca, inibir seus sentimentos, entre tantos outros quesitos. Guacira Louro (2018), deduz que estes se dão,

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidos e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (Ibid., p. 12).

No tocante a educação, é visto que a escola também é um espaço regulatório e que contribui para o reforço de normas comportamentais em conjunto com a família e sociedade, quando deveria exercer o contrário, promovendo ações igualitárias que visam o melhor convívio e valorizando as particularidades de cada um. Diante do cenário educacional, Ferreira Ligmanovski e Luz afirmam que "a escola, dessa forma, pode reduzir papéis de gênero e modelos de sexualidade que oprimem, mas que também podem construir relações que libertem e nas quais a dignidade humana e a igualdade de direitos poderão ser princípios norteadores”(FERREIRA LIGMANOVSKI e LUZ, 2009, p. 37).

Aos gêneros masculino e feminino são atribuídos papéis sociais e modos comportamentais, “o feminino é associado, na maioria das vezes, à fragilidade, à passividade, à meiguice e ao cuidado. Ao masculino correspondem atributos como a agressividade, o espírito empreendedor, a força e a coragem” (AUAD, 2012; SCOTT, 1995; LOURO, 2014). Sustentando esta ideia, o fato é que atualmente a comunidade gay está dividida entre os ‘padrões’ e ‘afeminados’, distinção pautada no comportamento, na expressão corporal, muitas vezes carregada de estereótipos. Padrões são os homens que mantêm a imagem rígida, postura e fala ‘normais’ condizente com sexo/gênero sustentada na ideia heteronormativa, assumindo assim a posição de ativos na relação. Afeminados, por sua vez, são os homens que carregam

consigo jeitos e trejeitos ditos femininos, o tom de voz pouco agressivo, sensibilidade e emoções descaradas, e assumem a posição de passivos na relação.

Para Gikovate (1989) se compreende o ser homem como “[...] ser forte, ser inteligente, acumular poderes especiais, acumular bens a mais, tudo isso passa a ser virtude. Estas passam a ser virtudes masculinas. Ser dócil, justo, não lutar para ter posições especiais dentro do grupo passa a ser tratado como fraqueza, como incompetência” (Ibid., p. 28). Nos diversos preceitos desenvolvidos, é avaliada desde a postura até a fala; o comportamento corporal e tantos outros estereótipos para se afirmar, com veracidade, se o indivíduo se encaixa na categoria de “*homem*”. Guacira Louro (2008) diz que “[...] fazer de alguém um homem requer, de igual modo, investimentos continuados. Nada há de puramente ‘natural’ e ‘dado’ em tudo isso: ser homem e ser mulher se constituem em processos que acontecem no âmbito da cultura” (Ibid., p. 18).

A divisão, talvez até ilógica, de ativos serem homens agressivos, malhados, barbados, másculos, viris; e passivos serem delicados, sensíveis, pacientes, tom de voz ameno e suave toma por base ideias que são sustentadas e fomentadas numa lógica machista e binária, apoiando até em uma ideia heteronormativa, que por sua vez se sustenta nas relações heterossexuais, o homem como ativo e a mulher como passiva na relação. De acordo com Simões e Fachini (2009) no século passado, no Brasil, surgiu “uma política de identidades homossexuais”, política essa que segregava homens e mulheres homossexuais, designando papéis como uma espécie de hierarquia de gênero. Os autores afirmam:

No Brasil, como argumentou o antropólogo Peter Fry, ainda encontramos uma modalidade bastante persistente e disseminada de classificação de pessoas segundo a sexualidade com base numa hierarquia de gênero, que distingue entre “homens”, socialmente masculinos e que desempenham o papel de “ativos” no ato sexual, isto é, são os que supostamente “penetram” mulheres; e outros homens, estes designados como “bichas” ou “veados”. Seria possível conceber também uma versão desse modelo hierárquico com respeito as relações homossexuais femininas, com a figura de uma mulher que desempenha aspectos do papel masculino, designada como “sapatão”, “paraíba” ou “mulher-macho que se relaciona com mulheres (Ibid., p. 54).

Os autores supracitados ainda afirmam que esse modelo, essa hierarquia de gênero, seguia uma lógica baseada na “oposição masculinidade/atividade sexual versus feminilidade/passividade sexual”, separando os indivíduos em categorias. Acrescentam ainda que, “homens sexualmente “passivos” e mulheres sexualmente ativas, “bichas” e “sapatões” seriam percebidos como uma espécie de híbridos”. (Ibid, p. 54). Percebe-se então que toda forma estrutural representativa dos gêneros masculinos e femininos são construídas histórica,

social e culturalmente. O que ressalta a força da cultura e sociedade exercida sobre a ideia biológica.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depósito de princípios de visão e divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-os aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho na realidade da ordem social (BOURDIEU, 2010, p. 20).

### **A GUIA DA CONCLUSÃO, OU NÃO...**

Sigiloso. Discreto. Não afeminado. São os padrões comportamentais que, muitas das vezes, se espera que homens gays assumam. Há uma forte onda na comunidade, em específico a comunidade gay, de homens que se relacionam com outros homens, porém, não se reconhecem como sendo membros da comunidade LGBTQIA+. E são diversas as questões implicadas em tal. As confusões acerca do que é gênero e sexualidade está diretamente ligada a ausência de discussões sobre tais questões e temáticas, o que gera uma grande desinformação e/ou compartilhamento de informações nocivas. Diversos são os meios e parâmetros utilizados para fazer com que homens gays hajam, falem, se comportem de um determinado modo. Ações de determinado tipo encontram bases concretas viabilizadas por outros homens que para manter relacionamento com tais é exigido determinados requisitos, a fim de não serem associados à sua orientação sexual.

O que é perceptível e notório também, é a questão em volta de determinados comportamentos serem associados às mulheres, o que reduz o gênero feminino como inferior ao masculino. As ‘regras’ comportamentais entre homens gays revelam o quão arcaica e machista é a comunidade no quesito que tange diversidade masculina; não se percebe notoriedade, mas sim recusa de homens gays que agem fora do padrão estabelecido. A comunidade tem enfrentado, e enfrenta ainda hoje, diversos desafios que colocam as pessoas que formam e fazem parte desta em riscos eminentes.

Antes mesmo da ‘normalização da homossexualidade’ diversas foram e são as lutas para a conquista de espaços, falas, representatividades e afins. E essa luta não cessa nos dias de hoje. O fato é que não nos encontramos nos dias de glórias, paz e descanso como gostaríamos. Porém, a luta pela resistência é diária. Se faz necessário cada vez mais resistir, lutar e encarar os desafios postos. Resistir para viver, embora ainda não em sua plenitude por diversos motivos

que impedem este feito. Viver sendo uma pessoa LGBTQIA+ é em si um ato de resistência e demanda coragem para enfrentar os desafios que são encontrados no caminho.

Lutar para conquistar direitos básicos, direito este que está atrelado a resistência, resistir para viver. A conquista de direitos, básicos até, é algo recente para a comunidade, o reconhecimento da homofobia qualificada como crime por exemplo só foi sancionado no ano de 2019, até chegarmos aqui muitas pessoas LGBTQIA+ morreram vítimas de ataques homo, lésbico e transfóbicos. Ser homem gay e fugir da norma padrão imposta e esperada soma à vida cotidiana o desafio de existir e se reinventar para resistir. Fugir aos padrões, não corresponder

## REFERÊNCIAS

- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos:** relações de gênero na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kuhner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In. Guacira Lopes Louro (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. – (Argos)
- CONNELL, Robert. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 16 maio 2020.
- FERREIRA LIGMANOVSKI, Beatriz Maria Megias; LUZ, Nanci Stancki. Sexualidade e gênero na escola. In. Nanci Stancki da Luz, Marília Gomes de Carvalho, Lindamir Salette Casagrande (orgs.). **Construindo a igualdade na diversidade:** gênero e sexualidade na escola. Curitiba: UTFPR, 2009. p. 33-45.
- GIKOVATE, Flávio. **O homem: o sexo frágil?.** São Paulo: MG Editores Associados, 1989.
- GUASCH, O. **La crise de la heterosexualidad.** Barcelona: Laertes, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In. Guacira Lopes Louro (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. – 4. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. – (Argos) p. 8-42
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 41-60.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade,** vol. 20, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p.71-99. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em 14 de maio de 2020.
- SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: uma construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicol. cienc. prof..** Brasília, v. 20, n. 3, p. 8-15, setembro de 2000. Disponível

**“Sigiloso. Discreto. Não Afeminado” – As relações de gênero e sexualidade na comunidade LGBTQIA+: Discutindo a construção da identidade masculina**

**EMÍDIO F. NETO  
GERLÂNDIA B. T. DE OLIVEIRA**

em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em 18 de maio de 2020.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Ediouro, Rio de Janeiro, 1996.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In. Guacira Lopes Louro (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. – (Argos) p. 43-104.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterossexual y otros ensayos**. Madrid: Editorial Egales, 2006.